

第二款關於“已同中華人民共和國建立正式外交關係的國家在香港設立的領事機構和其他官方機構，可予保留”的規定，以及一九六三年四月二十四日《維也納領事關係公約》並本着在友好基礎上發展兩國關係的願望，經過友好協商，就一九九七年七月一日中華人民共和國政府對香港恢復行使主權之日起瑞士在中華人民共和國香港特別行政區保留總領事館問題，瑞士提出如下建議：

一、中華人民共和國政府同意瑞士保留駐中華人民共和國香港特別行政區總領事館，領區為香港特別行政區。

二、中華人民共和國政府根據一九六三年四月二十四日《維也納領事關係公約》以及中華人民共和國有關法律和規定，為瑞士總領事館執行領事職務提供必要的協助和便利。

三、瑞士駐香港特別行政區總領事館的運作應遵循一九六三年四月二十四日《維也納領事關係公約》的規定。

四、中華人民共和國政府同意，自一九九九年十二月二十日中華人民共和國政府對澳門恢復行使主權之日起，目前亦在澳門行使領事職務的瑞士總領事館繼續執行有關領事職務。

五、雙方將本着協商合作的精神，根據國際法和國際慣例，友好地處理兩國間的領事事務。

上述內容，如蒙外交部代表中華人民共和國政府覆照確認，本照會和外交部的覆照即構成兩國政府間的一項協議，並自一九九七年七月一日起生效。”

中華人民共和國外交部謹代表中華人民共和國政府確認，同意上述照會內容。

……

第 87/2011 號行政長官公告

葡萄牙共和國政府與中華人民共和國政府以換文方式就葡萄牙共和國在中華人民共和國澳門特別行政區設立總領事館達成協議。按照中央人民政府的命令，行政長官根據澳門特別行政區第3/1999號法律第六條第一款的規定，命令公佈葡萄牙共和國政府照會的葡文正式文本及相應的中、英文譯本，以及中華人民共和國政府照會的中文正式文本及相應的英文譯本。

上述協議自一九九九年十二月二十日起生效。

二零一一年十一月三日發佈。

行政長官 崔世安

Aviso do Chefe do Executivo n.º 87/2011

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China concluíram, por troca de notas, o acordo relativo ao estabelecimento do Consulado Geral da República Portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Neste sentido, o Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 da Região Administrativa Especial de Macau, por ordem do Governo Popular Central, a Nota do Governo da República Portuguesa no seu texto autêntico em língua portuguesa, acompanhado da respectiva tradução para as línguas chinesa e inglesa e a Nota do Governo da República Popular da China no seu texto autêntico em língua chinesa, acompanhado da respectiva tradução para a língua inglesa.

Mais se torna público que o referido acordo entrou em vigor em 20 de Dezembro de 1999.

Promulgado em 3 de Novembro de 2011.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.

A Embaixada de Portugal em Pequim apresenta os seus cumprimentos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China e tem a honra de propôr, em nome do Governo da República Portuguesa, em aplicação do Anexo I da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, feita em Pequim, em 13 de Abril de 1987, nos termos do qual a República Portuguesa poderá estabelecer um Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Macau e, de acordo com o desejo comum de desenvolver ainda mais as relações amistosas e de fortalecer as relações consulares entre ambos os países, que os Governos da República Portuguesa e da República Popular da China acordem, por este meio, no estabelecimento de um Consulado-Geral de Portugal na Região Administrativa Especial de Macau, nos termos seguintes:

1. O Governo da República Popular da China dá o seu acordo a que Governo da República Portuguesa possa estabelecer um Consulado-Geral em Macau cujo distrito consular compreenda a Região Administrativa Especial de Macau.

2. O Consulado-Geral de Portugal na Região Administrativa Especial de Macau exercerá as suas funções consulares e gozará das correspondentes facilidades, privilégios e imunidades dentro dos limites da Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 24 de Abril de 1963 e de acordo com as relevantes leis e regulamentos da República Popular da China, incluindo as leis e regulamentos da Região Administrativa Especial de Macau.

3. As isenções de direitos e taxas que vierem a ser concedidas com relação às instalações do Consulado-Geral sê-lo-ão também com relação à residência do funcionário consular de que o Estado português ou qualquer pessoa actuando em seu nome forem proprietários ou arrendatários.

4. O Governo da República Popular da China prestará, de acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Consulares e as relevantes leis e regulamentos da República Popular da China, a necessária assistência e facilidades ao Consulado-Geral de Portugal na Região Administrativa Especial de Macau no exercício da suas funções consulares.

5. As duas Partes tratarão de assuntos consulares entre si de um modo adequado, num espírito, de consulta, amigável e de acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Consulares e a prática internacional.

Se os pontos acima referidos forem confirmados, por meio de uma Nota do Ministério de Negócios Estrangeiros em nome do Governo da República Popular da China a presente Nota e a Nota da resposta do Ministério de Negócios Estrangeiros constituirão um Acordo entre ambos os Governos que entrará em vigor a partir de 20 de Dezembro de 1999.

A Embaixada de Portugal em Pequim aproveita o ensejo para reiterar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China os protestos da sua mais elevada consideração.

葡萄牙共和國一九九九年七月八日照會

.....

葡萄牙共和國駐華大使館向中華人民共和國外交部致意，並謹代表葡萄牙共和國政府建議，為執行1987年4月13日在北京簽訂的〔葡萄牙共和國政府和中華人民共和國政府關於澳門問題的聯合聲明〕附件一中“葡萄牙共和國可以在澳門特別行政區設立總領事館”的規定，從進一步發展兩國友好關係和加強兩國領事館關係的共同願望出發，葡萄牙共和國政府與中華人民共和國政府就葡萄牙共和國在中華人民共和國澳門特別行政區設立總領事館問題達成協議如下：

一、中華人民共和國政府同意葡萄牙共和國政府在澳門設立總領事館，領區為澳門特別行政區。

二、葡萄牙共和國駐澳門特別行政區總領事館應在1963年4月24日（維也納領事關係公約）和中華人民共和國有關法律和規定，包括澳門特別行政區法律和規定的範圍內執行領事職務並享有相應的便利、特權與豁免。

三、以葡萄牙共和國政府或代表葡萄牙共和國政府的任何人為房主或承租人的領事館官員住宅將享有與總領事館館舍同樣的免稅待遇。

四、中華人民共和國政府將根據（維也納領事關係公約）及中華人民共和國有關法律和規定，為葡萄牙駐澳門特別行政區總領事館執行領事職務提供必要的協助和便利。

五、雙方將本着友好協商的精神，根據（維也納領事關係公約）和國際慣例，妥善處理兩國間的領事事務。

上述內容，如蒙外交部代表中華人民共和國政府覆照確認，本照會和外交部的覆照即構成葡萄牙共和國政府與中華人民共和國政府之間的一項協議，並自1999年12月20日起生效。

.....

The Embassy of the Republic of Portugal in China presents its compliments to the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China and would like to propose, on behalf of the Government of the Republic of Portugal, in implementation of the

Annex 1 of the Joint Declaration of the Government of the Republic of Portugal, and the Government of the People's Republic of China on the question of Macao, done at Beijing on 13th April 1987, whereby it is provided that the Republic of Portugal may establish a Consulate-General in the Macao Special Administrative Region, and proceeding from the common desire further to develop friendly relations and strengthen consular relations between the two countries, that the Governments of the Republic of Portugal, and of the People's Republic of China hereby agree on the establishment of a Portuguese Consulate-General in the Macao Special Administrative Region as follows:

1. The Government of the People's Republic of China agrees that the Government of the Republic of Portugal may establish a Consulate-General in Macao with the consular district comprising the Macao Special Administrative Region.

2. The Consulate-General of the Republic of Portugal in the Macao Special Administrative Region shall exercise its consular functions and enjoy the corresponding facilities, privileges and immunities within the limits of the Vienna convention on consular relations done on 24th April 1963 and the relevant laws and regulations of the People's Republic of China, including the laws and regulations of the Macao Special Administrative Region.

3. The like exemption from dues and taxes as shall be accorded to the premises of the Consulate-General shall be accorded to the residence of a consular officer of which the Government of the Republic of Portugal, or any person acting on its behalf, is the owner or lessee.

4. The Government of the People's Republic of China will, in accordance with the Vienna Convention on Consular relations and the relevant laws and regulations of the People's Republic of China, provide necessary assistance and facilities to the Consulate-General of Portugal in the Macao Special Administrative Region in the exercise of its consular functions.

5. The two sides shall properly handle consular matters Between them in the spirit of friendly consultations, and in accordance with the Vienna Convention on Consular Relations and international practice.

If the above points are confirmed by a reply note of the Ministry of Foreign Affairs on behalf of the Government of the People's Republic of China the present note and the reply note of the Ministry of Foreign Affairs shall form an agreement between the two Governments and shall enter into force as from 20th December 1999.

The Embassy of the Republic of Portugal avails itself of this opportunity to renew to the Ministry of Foreign Affairs the assurances of its highest consideration.

中華人民共和國一九九九年七月二十八日照會

……

中華人民共和國外交部向葡萄牙共和國駐華大使館致意，並榮幸地收到大使館一九九九年七月八日第266號照會，內容如下：

“葡萄牙共和國駐華大使館向中華人民共和國外交部致意，並謹代表葡萄牙共和國政府建議，為執行一九八七年四月十三日在北京簽訂的《葡萄牙共和國政府和中華人民共和國政府關於澳門問題的聯合聲明》附件一中‘葡萄牙共和國可在澳門特別行政區設立總領事館’的規定，從進一步發展兩國友好關係和加強兩國領事關係的共同願望出發，葡萄牙共和國政府與中華人民共和國政府就葡萄牙共和國在中華人民共和國澳門特別行政區設立總領事館問題達成協議如下：

一、中華人民共和國政府同意葡萄牙共和國政府在澳門設立總領事館，領區為澳門特別行政區。

二、葡萄牙共和國駐澳門特別行政區總領事館應在一九六三年四月二十四日《維也納領事關係公約》和中華人民

The Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China presents its compliments to the Embassy of the Republic of Portugal in China and has the honour to acknowledge receipt of the latter's Note No. 266 dated 8 July 1999, which reads as follows:

“The Embassy of the Republic of Portugal in China presents its compliments to the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China and would like to propose, on behalf of the Government of the Republic of Portugal, in implementation of the Annex 1 of the Joint Declaration of the Government of the Republic of Portugal and the Government of the People's Republic of China on the question of Macao, done at Beijing on 13 April 1987, whereby it is provided that the Republic of Portugal may establish a Consulate-General in the Macao Special Administrative Region, and proceeding from the common desire further to develop friendly relations and strengthen consular relations between the two countries, that the Governments of the Republic of Portugal and the People's Republic of China hereby agree on the establishment of a Portuguese Consulate-General in the Macao Special Administrative Region as follows:

1. The Government of the People's Republic of China agrees that the Government of the Republic of Portugal may establish a Consulate-General in Macao with the consular district comprising the Macao Special Administrative Region.

2. The Consulate-General of the Republic of Portugal in the Macao Special Administrative Region shall exercise its consular functions and enjoy the corresponding facilities, privileges and immunities within the limits of the Vienna Convention on Consular Relations done on 24 April 1963 and the relevant laws

共和國有關法律和規定，包括澳門特別行政區法律和規定的範圍內執行領事職務並享有相應的便利、特權與豁免。

三、以葡萄牙共和國政府或代表葡萄牙共和國政府的任何人為房主或承租人的領事官員住宅將享有與總領事館館舍同樣的免稅待遇。

四、中華人民共和國政府將根據《維也納領事關係公約》及中華人民共和國有關法律和規定，為葡萄牙駐澳門特別行政區總領事館執行領事職務提供必要的協助和便利。

五、雙方將本着友好協商的精神，根據《維也納領事關係公約》和國際慣例，妥善處理兩國間的領事事務。

上述內容，如蒙外交部代表中華人民共和國政府覆照確認，本照會和外交部的覆照即構成葡萄牙共和國政府與中華人民共和國政府之間的一項協議，並自一九九九年十二月二十日起生效。”

外交部謹代表中華人民共和國政府確認，同意上述照會內容。

.....

第 88/2011 號行政長官公告

厄立特里亞國政府與中華人民共和國政府以換文方式就厄立特里亞國在中華人民共和國香港特別行政區委派名譽領事達成協議。按照中央人民政府的命令，行政長官根據澳門特別行政區第3/1999號法律第六條第一款的規定，命令公佈厄立特里亞國政府照會的英文正式文本及中華人民共和國政府照會的中文正式文本。

根據上述協議，厄立特里亞國政府在中華人民共和國香港特別行政區委派名譽領事，領區為香港特別行政區和澳門特別行政區。

上述協議自二零零五年八月十日起生效。

二零一一年十一月七日發佈。

行政長官 崔世安

and regulations of the People's Republic of China, including the laws and regulations of the Macao Special Administrative Region.

3. The like exemption from dues and taxes as shall be accorded to the premises of the Consulate-General shall be accorded to the residence of a Consular officer of which the Government of the Republic of Portugal, or any person acting on its behalf, is the owner or lessee.

4. The Government of the People's Republic of China will, in accordance with the Vienna Convention on Consular Relations and the relevant laws and regulations of the People's Republic of China, provide necessary assistance and facilities to the Consulate-General of Portugal in the Macao Special Administrative Region in the exercise of its consular functions.

5. The two sides shall properly handle consular matters between them in the spirit of friendly consultations, and in accordance with the Vienna Convention on Consular Relations and international practice.

If the above points are confirmed by a reply note of the Ministry of Foreign Affairs on behalf of the Government of the People's Republic of China, the present note and the reply note of the Ministry of Foreign Affairs shall form an agreement between the two Governments and shall enter into force as from 20 December 1999.”

On behalf of the Government of the People's Republic of China, the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China has the honour to affirm the content of the above Note.

The Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China avails itself of this opportunity to renew to the Embassy of the Republic of Portugal in China the assurances of its highest consideration.

Aviso do Chefe do Executivo n.º 88/2011

O Governo do Estado da Eritreia e o Governo da República Popular da China concluíram, por troca de notas, o acordo relativo à nomeação de um cônsul honorário do Estado da Eritreia na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China. Neste sentido, o Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 da Região Administrativa Especial de Macau, por ordem do Governo Popular Central, a Nota do Governo do Estado da Eritreia no seu texto autêntico em língua inglesa e a Nota do Governo da República Popular da China no seu texto autêntico em língua chinesa.

Em conformidade com o disposto no referido acordo, o Governo do Estado da Eritreia nomeia um cônsul honorário na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China, cuja área de jurisdição consular inclui a Região Administrativa Especial de Hong Kong e a Região Administrativa Especial de Macau.

Mais se torna público que o referido acordo entrou em vigor em 10 de Agosto de 2005.

Promulgado em 7 de Novembro de 2011.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.